



AS BASES DO PLANO ALTERNATIVO DE GOVERNO

SÍNTESE POPULAR

AS BASES DO PLANO ALTERNATIVO DE GOVERNO SÍNTESE POPULAR

APRESENTAÇÃO E DIRETRIZES GERAIS

O PARTIDO DOS TRABALHADORES, juntamente com os Partidos que compõem a FRENTE BRASIL POPULAR (PC do B e PSB) tem consciência de que apresentam à CLASSE TRABALHADORA e ao conjunto da sociedade brasileira não apenas o melhor candidato à presidência da República, como também um plano de governo capaz de orientar as ações do governo democrático-popular visando o salda da crise e apontando para a construção de uma nova sociedade socialista.

Ao lado do significado histórico extraordinário de podermos apresentar como candidato a presidente, e com amplas condições de vitória, um operário metalúrgico - e socialista - temos consciência da necessidade de elaborarmos um plano de governo muito claro, capaz de estabelecer compromissos e que possa entusiasmar os setores populares que vão, de fato, sustentar, apoiar e dirigir nosso governo.

É por isso que entendemos que nosso PLANO DE GOVERNO deve ser costurado, montado com a mais ampla participação popular.

O esboço de plano que aqui apresentamos é assim uma provocação ao debate, embora lance as bases fundamentais a partir das quais se monta nosso plano. Este texto é o primeiro resultado dos debates que o Partido dos Trabalhadores realizou em seus encontros municipais, estaduais e que finalmente aprovou em seu VI ENCONTRO NACIONAL. São, portanto, as BASES, a partir das quais, após um amplo e extensivo debate que se abre agora e se prolongará até a nossa posse, forjaremos nosso PLANO ALTERNATIVO DE GOVERNO.

Além desse resumo-popular que aqui apresentamos, sugerimos a leitura do texto oficial das RESOLUÇÕES DO 6º ENCONTRO que já está editado pelo Partido e se encontra à disposição dos militantes nos diretórios regionais e municipais.

O QUE QUEREMOS (E PODEMOS QUERER) COM NOSSO PLANO DE GOVERNO:

O projeto do PT é claro: QUEREMOS CONSTRUIR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA neste País. E nossa definição histórica, cujos traços vão ganhando contornos mais nítidos na medida em que amadurece nossa reflexão partidária. Não queremos apenas mais pão, mais terra, mais liberdade, mais escola e moradia. Queremos tudo isso e mais: a posse e o controle de todas as riquezas, de toda a produção e dos meios que a produzem sob o controle dos trabalhadores; queremos a plena democracia e a participação real em todas as decisões importantes. Para isso vamos acumular forças, derrotar os setores que sustentam o capitalismo e construir a sociedade socialista.

Não temos a ilusão, no entanto, de que a eleição da Frente Brasil Popular e do Lula vão conseguir automaticamente esses objetivos. Temos consciência do preço que pagaremos para vencermos a resistência daqueles que hoje usufruem desta situação.

Nem temos a ilusão de que ganhar o governo é ganhar todo o poder: tomaremos posse de uma importante parcela do poder de controle sobre a máquina administrativa do Estado, e a colocaremos, sem dúvida, a serviço do crescimento da força, mobilização e organização dos trabalhadores. Mas o poder econômico, o poder militar e uma parcela decisiva do poder dos meios de comunicação permanecerão ainda nas mãos da classe dominante. Lembrando ainda da Constituição conservadora e do congresso atual que permanecerá com a atual correlação de forças até o início de 91.

Por isso entendemos que nosso programa, por ser sério, não pode vender ilusões de que construiremos o parafuso, nem passar a idéia de que o Governo por si só realizará as mudanças.

Nosso PAG deve ser hoje formulado a partir da constatação da correlação de forças que hoje predomina na Sociedade Brasileira: nem tudo o que gostaríamos de realizar poderemos fazê-lo nesses primeiros anos. Mas não apenas isso: nosso Programa deve ter a consciência de que a correlação de forças não é um dado estabelecido, imóvel: a cada dia, a cada período essa correlação se altera. Portanto, nosso PAG deve ir sendo construindo, de um lado, de acordo com as novas possibilidades que nosso acúmulo de forças permite. De outro lado, o próprio PAG deve ser um elemento que estimule esse próprio acúmulo, na medida que abre para o conjunto dos trabalhadores novas possibilidades de avanço e ajuda a classe a vislumbrar metas cada vez mais ousadas. Temos consciência de que este debate, ao lado da campanha eleitoral e sobretudo com o processo de luta diária dos trabalhadores pode jogar um papel decisivo nesta mudança esperada.

É preciso assim que fique muito claro: o PAG não é apenas um plano de ação de um Governo: é uma proposta desafiadora de luta para a classe trabalhadora e para todos os setores que desejam a mudança. Os mínimos pontos que propusermos nesse programa só serão atingidos se obtiverem grande e coesa mobilização popular. Trata-se, pois, de ter clareza de que o Governo será um governo em Processo de mobilização e luta popular.

É este, pois, o caráter fundamental e revolucionário do PAG: apresentei propostas que ao serem realizadas pela classe trabalhadora dirigida por governo democrático popular criam condições de crescimento e reforço próprio poder popular. Além disso, tais medidas, ao atenderem exigências básicas de amplos setores marginalizados, poderão despertar em tais setores um grau de confiança no novo governo que resultará, sem dúvida, na incorporação destes setores na defesa e sustentação desta nova política, permitindo avanço sempre crescente.

Esse é um dos elementos de nossa concepção de construção do socialismo: obra a ser construída por muitos, por todos os trabalhadores que formam um amplo movimento socialista. Este movimento socialista, apoiado pelo governo Democrático e popular e dirigido pelo Partido avançará seus objetivos da própria luta de classes,

usando neste processo os instrumentos e forma requerida pelos diversos momentos da conjuntura e correlação de força.

Reafirmamos com convicção o caráter democrático dessa luta de construção do socialismo e mais: afirmamos ser a democracia parte de nosso projeto, recuperando a idéia de democracia como governo da ma provocando a ampla participação, sobrepõe seus interesses sobre os da minoria privilegiada. Democracia capaz de respeitar minorias políticas, éticas , mas capaz de penalizar aqueles cujos interesses egoístas impedem o acesso a justiça e à participação das riquezas de amplos setores da população.

São esses os traços fundamentais, as diretrizes de nosso Plano Alternativo de Governo. Os pontos que apresentamos a seguir procuram, como já nesta introdução, fazer a abertura deste grande debate. É importante q cada núcleo de base, em cada comitê popular, em cada grupo de militantes realizemos essa construção.

I – DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO E A SOCIEDADE

Construir a democracia da maioria é a primeira condição para fazer nascer um poder que represente a vontade e os interesses dos trabalhadores e de todo o povo. No rumo do socialismo que queremos, é indispensável a mais ampla participação popular, nas decisões do governo e da sociedade através da ação direta dos trabalhadores ou reunidos, livremente, em diversos partidos. Para isso, a Frente Brasil Popular se compromete a:

1. Estimular a participação popular e criar formas de controle:

- incentivo à organização do Poder Popular, como organização própria dos trabalhadores;
- incentivo à participação na gestão das empresas estatais e criação de formas de gestão nos serviços públicos, escolas, universidades;
- possibilitar aos usuários da Previdência que decidam e controlem o seu rumo (com representação dos sindicatos, por exemplo)
- criar mecanismos como plebiscito, referendo e a iniciativa popular das leis;
- adotar uma política de defesa dos Direitos Humanos, apurando crimes, punindo os responsáveis e restaurando a imagem das vítimas da repressão.

2. Promover a soberania do Poder Civil, extinção da tutela militar:

- as forças armadas serão subordinadas ao poder civil com a tarefa da defesa externa e nunca para reprimir o povo;
- a ocupação de cargos públicos, nas estatais, por exemplo, não deverão privilegiar militares;
- criação de um ministério da Defesa, integrando operações de terra, mar e ar, unificando as Forças Armadas, economizando recursos e facilitando seu controle por parte de Poder Civil;
- acabar o Conselho de Defesa Nacional que foi pensado para intervir nos assuntos civis do governo;
- eliminar o Estado de Defesa;
- extinguir o Serviço Nacional de Informação por ser um órgão de espionagem política e de repressão, criando um novo serviço de informação submetido ao Congresso e com papel exclusivo de defesa;
- extinguir todos os órgãos de repressão criados pela ditadura militar;
- acabar com o Serviço Militar obrigatório e criar o Serviço Comunitário, para ambos os sexos, em que os jovens dedicarão um ano de sua vida para a construção de benefícios sociais (serviços de saúde, brigada de alfabetização, saneamento, etc...);
- nova formação dos militares que supere a visão conservadora, corporativista e anti-democrática;
- direitos de cidadão aos militares (votar e ser votado, direito da associação e expressão);

- tirar as Polícias Militares e Bombeiros da subordinação ao Exército;
- reorganizar as Forças Armadas dentro de seu novo papel e da nova relação com a sociedade;
- redefinir os projetos militares, discutindo-os com a sociedade e sob o controle do governo e do Congresso;
- reavaliação da indústria bélica e passagem da questão nuclear para a gestão do poder civil, devendo ser objeto de consulta pública;
- o orçamento das Forças Armadas será transparente e de acordo com nossos recursos e a necessidade do desenvolvimento econômico.

3. Retomas na Legislação Eleitoral e no sistema de representação Parlamentar

- estabelecer a proporcionalidade idêntica para todo o País na composição da Câmara Federal, de maneira que o eleitor de São Paulo e do Acre tenha o mesmo peso representativo. Pelo sistema de hoje, o voto de um eleitor do Acre tem maior peso proporcional na eleição de deputados federais e senadores.

4. Democratização dos Meios de Comunicação de Massa

- criação de um Conselho de Comunicação Social, autônomo, integrado por trabalhadores da área eleitos, para unificar e controlar a política de Comunicação Social;
- Rádio e TV, explorados apenas por fundações e associações sem fins lucrativos, rompendo o sistema de concessões por interesses políticos e econômicos;
- medidas que eliminem o controle de um ou de alguns na área de comunicação social;
- apoio a criação de canais de comunicação próprios das organizações populares e sindicais: rádios e TVs alternativos, jornais, revistas que veiculem ao nível da massa as posições e contribuições destes grupos;

5. Democratização do Poder Judiciário

- reorganizar a Justiça (primeira e segunda instâncias), visando uma aproximação com o povo, com gratuidade para os mais carentes e barateamento geral.

6. Criação de mecanismos de controle social sobre a economia - ampliar formas de fiscalização social sobre a produção;

- reestruturar órgãos de fiscalização, denúncia e repressão ao abuso do poder econômico;
- estabelecer formas de negociar e controlar o mercado (preço, distribuição, lucro), envolvendo produtores, distribuidores, consumidores e o governo;

- incentivo à organização própria dos consumidores;
- garantia da livre organização dos trabalhadores nas empresas, da formação de conselhos de empresas, de acesso à contabilidade, de participação na gestão, direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção.

II. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As orientações para o novo modelo econômico são:

- Mudanças profundas e inéditas nesse capitalismo dependente que é controlado pelas grandes empresas e pelo latifúndio;
- A propriedade privada das terras, das indústrias, dos bancos, do comércio, dos serviços tem que servir ao interesse social;
- Romper a dependência financeira e tecnológica com o capitalismo internacional;
- O Estado deve planejar e orientar a vida econômica, controlando os setores produtivos e financeiros essenciais;
- Distribuição de renda para acabar com a miséria, reduzir as desigualdades entre as regiões, repartir os benefícios do desenvolvimento, buscando uma política de emprego para todos. Portanto, o desenvolvimento é voltado para a necessidade do povo brasileiro e significa o verdadeiro progresso, porque valoriza a vida, o bem estar e o meio ambiente.

Tendo em vista estas orientações, o governo democrático-popular vai atuar na economia através de políticas específicas, como as seguintes:

- Política de Rendas: A finalidade de nossa política econômica é repartir a riqueza e elevar o padrão de vida dos brasileiros. É preciso fazer isso sem gerar crises de abastecimento ou de andamento geral da economia. Então, nossa política de rendas vai ser:
 - Gradual: quer dizer, em conjunto e no ritmo dos outros setores (a produção de alimentos, por exemplo);
 - Ofensiva: dando sinais que, nesse governo os trabalhadores vão ter mudanças nas condições de vida;
 - Transparente: onde os produtores possam se preparar para atender a um maior consumo gerado pela distribuição de renda.

Distribuição de renda será direta: aumentando o salário mínimo até atingir o fixado pelo DIEESE; garantindo um Contrato Coletivo de Trabalho que reponha (causadas pelos "choques" e "pacotes"); dê estabilidade no emprego, relações trabalhistas e

assegure a participação ativa dos trabalhadores na definição da política econômica; impedindo a rotatividade da mão-de-obra; ampliando e aumentando o valor do seguro desemprego.

Pela distribuição indireta, onde os trabalhadores terão mais vantagens, teremos o seguinte: ampliação das políticas sociais (educação, saúde, habitação, saneamento); implantação de uma política de preços para não comer o salário; repensar o salário família para que proteja, de fato os mais carentes; assegurar uma aposentadoria que seja de acordo com a contribuição dos trabalhadores.

MUDANÇA NO PAPEL DO ESTADO

O Estado, controlado pelos trabalhadores, deve planejar e orientar a vida econômica. Para sair da atual crise, o governo democrático-popular tem que desprivatizar, fazer exatamente o contrário do que os setores de direita estão propondo enquanto eles falam em privatizar empresas estatais (para poderem lucrar e comprar a preço de banana empresas rentáveis que foram montadas com o dinheiro do povo, nosso governo vai *fazer* coisa bem diferente: VAMOS É DESPRIVATIZAR O ESTADO. O que significa isso: hoje o Estado, o governo e todo o seu aparelho só servem de apoio ao grande capital e às grandes empresas: financiamentos a juros subsidiados, isenções de imposto, concessões de direitos, m de toda corrupção em cada obra contratada e na sonegação a de impostos. Propomos inverter o quadro e tomar o aparelho de Estado como um serviço para a MAIORIA dos trabalhadores e estimulando a atividade produtiva dos pequenos e médios proprietários rurais e urbanos. Só permitimos a privatização de empresas que hoje estejam na mão do Estado por razões conjunturais, sem maior influência na economia de base (hotéis, por exemplo) e em processos públicos, transparentes, dando preferência a que sejam pelos seus próprios trabalhadores cooperativados e não por grupos de capitalistas. Só controlando e orientando a economia é possível garantir a distribuição de renda e o progresso.

Na política fiscal, duas medidas:

a) revisão e redução dos subsídios e Isenções ao setor privado, mantidos criteriosamente, os que servem à nova política econômica;

b) combater à sonegação, com estímulos para a legalização da economia Informal.

Mas o novo governo cuidará, também, de corrigir o sistema tributário, tendo em vista reduzir os tributos altos sobre o trabalho e elevar os tributos sobre as grandes empresas de serviços e os grandes produtores agropecuários.

Em relação à dívida pública, o novo governo não permitirá que grandes empresas rentistas continuem lucrando na ciranda financeira às custas dos recursos do tesouro. A suspensão do pagamento da dívida externa, o crescimento da economia

e a retomada da atividade produtiva permitirá, ao mesmo tempo, uma diminuição na emissão de moedas e mais Investimento na produção.

As estatais do setor produtivo continuarão em poder do Estado para regular o crescimento econômico e favorecer o novo modelo de crescimento. Os processos de privatização já realizados serão revistos.

A eficiência, a democratização, a completa transparência dos objetivos e a avaliação pública dos resultados das estatais será o caminho para combater a política de favorecimento e as dificuldades que emperram essas empresas.

Na administração direta o servidor público será valorizado, com boa remuneração a quem trabalha e punição para as mordomias e empregados fantasmas. Tudo isso acompanhado de uma Reforma Administrativa.

3) O Sistema Financeiro

O gerenciamento do sistema financeiro agirá sobre os bancos privados que ganham super-lucros sem cumprir sua finalidade que é financiar a produção e os investimentos. Para conseguir isso é necessário intervir de várias formas no sistema, inclusive, podendo chegar à estatização. O governo da Frente Brasil Popular não está propondo a estatização imediata do sistema financeiro pelo custo dessa operação nesse momento e porque é possível reverter o papel do sistema financeiro nesse momento a um custo menor, econômico e político. No entanto, se a conjuntura e a correlação de forças indicar, poderemos realizar a estatização, num processo de tomada de medidas amplas de socialização que, necessariamente irão muito além do sistema financeiro e que permita a estatização sem os custos que hoje encerraria. A estatização imediata, pura e simples do sistema financeiro não resolve nosso problema.

O setor bancário estatal será usado assim para forçar os bancos privados a seguirem as novas orientações de aplicações e de crédito. Serão eliminados todos os incentivos e vantagens e o Banco Central vai recuperar o seu papel de fiscalizador e disciplinador.

4) Contra o Pagamento da Dívida Externa

O PT é contra o pagamento da dívida externa porque é ilegítima e atravanca a nossa economia. O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá os pagamentos da dívida para examinar os débitos e convocará uma conferência intencional dos devedores. Mas sabe que só a mobilização popular pode sustentar a luta contra o FMI, a dívida externa e o imperialismo. Para isso fará um plebiscito que seja um amplo movimento de sustentação do não pagamento.

5) O Capital Estrangeiro

O capital estrangeiro deve servir às prioridades da política econômica e o desenvolvimento nacional, por isso, se dará atenção à transferência de tecnologia e à atuação em área que o novo governo considerar prioritárias.

O governo controlará rigidamente a política de preços das grandes empresas nacionais e estrangeiras, controlará a geração de tecnologia e na sua relação com o mercado fornecedor e consumidor. Também serão adotadas medidas para conter a fuga de capitais. Se necessário, o governo pode chegar a centralizar o câmbio e o comércio exterior.

6) Um Programa de Emergência

Será definido um programa econômico de emergência que prepare o caminho para um planejamento de médio e longo prazo, enfrente as dificuldades iniciais e dê respostas aos problemas imediatos dos trabalhadores.

III. O PROGRAMA AGRÁRIO

O Programa Agrário do PAG tem dois eixos: Acabar com o latifúndio, realizando a Reforma Agrária e Aplicar uma política agrícola que defenda um modelo de produção agrícola democrático e popular, ambos sob controle dos trabalhadores. Na frente Institucional o governo da Frente vai se empenhar em rever a Constituição que proíbe a desapropriação do latifúndio chamado "produtivo". Vai lutar para fixar o tamanho máximo das propriedades; para regular os contratos de arrendamento, limitando 15% do lucro líquido ao pagamento da renda; taxaço crescente sobre as grandes propriedades e proibição de compra de terra por pessoas jurídicas estrangeiras. Independentemente disso, o governo da Frente vai promover a Reforma Agrária: desapropriando propriedades improdutivas ou que não cumpram a legislação trabalhista; pagando as indenizações em Títulos da Dívida Agrária, em 20 anos; recuperando, sem indenização, as terras adquiridas, com fraude, pelas multinacionais; solucionando os atuais conflitos de terra, com desapropriação das áreas; recuperando as terras públicas indevidamente regularizadas, bem como a terra dos assassinos de camponeses e seus mandantes, e a terra daqueles que praticam o trabalho escravo; criando uma comissão que pesquise todos os crimes no campo, apresse os processos e proponha formas de reparação para as famílias vitimadas. A nova política agrícola dará atenção especial aos produtores de alimentos, apoiando-os com assistência técnica, linhas de crédito diferenciado, garantia de preços mínimos compensadores e infra-estrutura para transporte, armazenamento, escoamento e comercialização da produção.

IV. MULHERES

CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES

Por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais

As discriminações que sofrem as mulheres na sociedade brasileira, se reproduzem numa rígida divisão do trabalho e de papéis que se expressam nas esferas econômicas, políticas, sociais e ideológicas.

Os objetivos deste programa, refletindo as experiências dos movimentos de mulheres nestes últimos anos, são dois:

- a igualdade econômica e social de homens e mulheres;
- a plena cidadania cultural e política de homens e mulheres.

METAS E DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE IGUALDADE

Diante desta realidade:

- Em 1984, morreram 70 mil mulheres de parto e aborto;
- 44% das mulheres brasileiras são esterilizadas sem informação, sendo assim seu corpo colocado sob controle dos interesses capitalistas que visam a diminuição das populações do 312 mundo;
- 58% das mulheres ganham entre O a 1 salário mínimo, enquanto 33,8% dos homens estão nessa faixa;
- Apenas 7,2 das mulheres ganham mais de 5 salários mínimos, enquanto 16,5% dos homens recebem esse salário;
- Na educação, a discriminação maior recai sobre as mulheres negras e mestiças, sendo que 48,6% das mulheres negras e 47,8% das mestiças tem menos de um ano de estudo;
- Os direitos assegurados pela Constituição não são respeitados. As mulheres trabalhadoras sofrem exigências de controle da fertilidade no trabalho;
- A mulher continua sendo considerada uma cidadã de 2º categoria. É espancada, estuprada e desrespeitada nas ruas, casas e trabalho e seu corpo utilizado como mercadoria e objeto de propaganda consumista.

Assim sendo, PROPOMOS:

- a) Participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira;
- b) Desenvolver e incentivar programas em todo o Brasil para criar creches, restaurantes, lavanderias etc. . . , para que o conjunto da sociedade assuma o trabalho doméstico;
- c) Punição de toda discriminação contra as mulheres da cidade e do campo;
- d) Promoção de políticas que assegurem o ingresso e igualdade das mulheres no mercado de trabalho;
- e) Implantação de uma política de saúde para a mulher que envolva todas as fases de sua vida;
- f) Direito das mulheres optarem pela maternidade e acesso a contracepção de métodos não nocivos à saúde; .
- g) Assistência obrigatória da rede pública de saúde para os casos de aborto previstos em lei;
- h) Incentivo a pesquisa científica de novos métodos contraceptivos femininos e masculinos;
- i) Criação e ampliação de delegacias de atendimento especializado e abrigos para mulheres vítimas da violência;
- j) Promoção de políticas visando eliminar o preconceito sexual e racial na educação;

l) O governo do PT deverá criar um MINISTERIO ou SECRETARIA ESPECIAL que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar com outras instâncias federais, as políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres da sociedade brasileira.

V. NEGROS

O governo da Frente Brasil Popular se baseará nos seguintes princípios para elaboração de políticas para a população negra:

- a) Respeito a autonomia do movimento negro;
- b) Apoio à organização, cultura e lutas da população negra;
- c) Apoio as lutas dos povos oprimidos da África, repúdio aos países que discriminam e reorientação da política em relação ao continente africano;
- d) Definição de políticas especiais, a saber:

- assegurar com leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;
- assegurar que nos currículos escolares se respeite e contemple as diferentes raças;
- não permitir a veiculação, através dos meios de comunicação, dos meios do preconceito de qualquer tipo;
- preservar, zelar e fomentar a produção cultural dos negros na sociedade brasileira;
- criar um programa especial educativo de combate ao racismo;
- criar grupos de trabalho em cada ministério, mas vinculado ao gabinete da Presidência da República para combater o racismo;
- democratizar, reequipar e reorientar o trabalho da Fundação Cultural Palmares.

VI. POLÍTICA DE TRANSPORTES

- 1) Dar prioridade ao transporte público de passageiros com a definição de um Plano Nacional de Transporte Público;
- 2) Criar um Conselho de Transportes, formado por órgãos públicos e entidades populares e de trabalhadores da área de transportes;
- 3) Incentivar medidas de controle público sobre serviços de transportes, na direção da estatização do transporte urbano;
- 4) Incentivar a construção de corredores estruturais, acessos viários, terminais, abrigos, sinalização para transportes coletivos. Proibição de todo e qualquer subsídio às empresas privadas do setor;
- 5) Incentivar outros sistemas de transportes de massa (metrô, barcos);

6) Buscar a realização de uma tarifa social para o transporte público urbano.

VII – SAÚDE: DIREITO DE TODOS; DEVER DO ESTADO

A saúde dos brasileiros é tratada com descaso pelo governo. As indústrias farmacêuticas e as empresas médico-hospitalares aproveitam a incapacidade do Estado, e lucram com a doença do povo.

A raiz do mal é a fome, baixo salário, falta de habitação, etc. que fazem com que a maioria dos brasileiros vivam em péssimas condições, sendo vítimas de muitas enfermidades que se pode prevenir.

Uns com tanto, outros sem nada. A desigualdade social se reflete, também, a saúde, fazendo com que a minoria tenha a mais sofisticada atenção, enquanto maioria não tem acesso, não pode pagar os serviços mais básicos. Enquanto ns fazem check-up anual em modernos hospitais dotados de sofisticados equipamentos, outros morrem nas filas do INAMPS.

Para a Frente Brasil Popular, é dever prioritário do governo cuidar da saúde e todos os brasileiros. E necessário desenvolver políticas que garantam salário, alimentação, habitação, que preserve o meio-ambiente como condições fundamentais para a saúde.

A Frente Brasil Popular propõe a criação de um Sistema Único de Saúde, administrado pelo Estado e sob o controle da população. Este sistema deve tinger todo o país, especialmente onde a população seja mais carente.

A rede privada também ficará sob o controle popular e os hospitais articulares e indústrias farmacêuticas serão estatizadas quando o governo não impuser de serviços que os substituam.

O Sistema Único de Saúde deve desenvolver programas especiais de saúde materno-infantil, da mulher, bucal, etc..., para atacar os problemas que mais afetam a população.

VIII. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A Educação, no Brasil, virou um mercado e exclui a maioria. A Frente quer construir uma Escola Pública Popular, onde todos possam entrar, permanecer, concluir, participando na sua direção. Será, então, uma escola que desperta e capacita (política culturalmente) no rumo da transformação.

Acompanhando a orientação geral do PAG, que aponta para um modelo de desenvolvimento que privilegia as funções sociais do Estado e se fundamenta na valorização do trabalho e da produção científica e tecnológica, o governo da Frente implantará um plano educacional orientado pelas seguintes diretrizes:

a) ampliação da rede pública: a meta prioritária é torná-la exclusiva no prazo máximo de 10 anos, como forma de garantir a democratização do acesso a rede formal de

educação e vetar a transferência de verbas públicas para instituições de ensino privado: O ensino é dever do Estado e só pode ser desenvolvido por entidades sem fins lucrativos como concessão e sob controle do Estado;

b) democratização da gestão do sistema escolar: controle democrático da rede, através de conselhos fiscalizadores e deliberativos nas esferas estaduais e municipais, autonomia do ensino superior, Conselhos de Escolas no ensino de primeiro e segundo graus e eleições diretas em todos os níveis. Modernização da estrutura do Ministério, visando agilização das áreas de atuação;

c) estabelecimento de um padrão nacional de qualidade educacional: plano de carreira e de salários para educadores nos três níveis, formação e reciclagem obrigatórias, integração entre ensino, pesquisa e extensão, condições mínimas de trabalho (Instalações, material didático, número de alunos por sala, jornada de trabalho), reforma curricular integrando todos os níveis de ensino;

d) integração da política educacional com a política global de desenvolvimento: integrar a rede formal de educação a sistemas de TV e rádio; valorizar o trabalho como forma de atividade criativa; incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação, composto por representantes de associações civis e de outros ministérios;

e) implementação do Plano Educacional de Emergência: efetuar recenseamento educacional nacional, realocar recursos; garantir acesso a programas de erradicação do analfabetismo; suplementar e reforçar (nunca substituir) a educação formal pelo rádio e TV.

VIII. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A educação, no Brasil, virou um mercado e exclui a maioria. A Frente quer construir uma Escola Pública Popular, onde todos possam entrar, permanecer, concluir, participando na sua direção. Será, então, uma escola que desperta e capacita (política culturalmente) no rumo da transformação.

Acompanhando a orientação geral do PAG, que aponta para um modelo de desenvolvimento que privilegia as funções sociais do Estado e se fundamenta na valorização do trabalho e da produção científica e tecnológica, o governo da Frente implantará um plano educacional orientado pelas seguintes diretrizes:

a) ampliação da rede pública: a meta prioritária é torna-la exclusiva no prazo máximo de 10 anos, como forma de garantir a democratização do acesso a rede formal de educação e vetar a transferência de verbas públicas para instituições de ensino privado: O ensino é dever do Estado e só pode ser desenvolvido por entidades sem fins lucrativos como concessão e sob controle do Estado;

b) democratização da gestão do sistema escolar: controle democrático da rede, através de conselhos fiscalizadores e deliberativos nas esferas estaduais e municipais, autonomia do ensino superior, Conselhos de Escolas no ensino de primeiro e segundo graus e eleições diretas em todos os níveis. Modernização da estrutura do Ministério, visando agilização das áreas de atuação;

- c) estabelecimento de um padrão nacional de qualidade educacional: plano de carreira e de salários para educadores nos três níveis, formação e reciclagem obrigatórias, integração entre ensino, pesquisa e extensão, condições mínimas de trabalho (Instalações, material didático, número de alunos por sala, jornada de trabalho), reforma curricular integrando todos os níveis de ensino;
- d) integração da política educacional com a política global de desenvolvimento: integrar a rede formal de educação a sistemas de TV e rádio; valorizar o trabalho como forma de atividade criativa; incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação, composto por representantes de associações civis e de outros ministérios;
- e) implementação do Plano Educacional de Emergência: efetuar recenseamento educacional nacional, realocar recursos; garantir acesso a programas de erradicação do analfabetismo; suplementar e reforçar (nunca substituir) a Educação formal pelo rádio e TV.

IX. SALVAR A AMAZÔNIA, DEFENDER A VIDA

O modelo de desenvolvimento da Amazônia destrói a floresta, o sistema ecológico, além de causar danos à população (índios, seringueiros), violência e mortes.

A Amazônia é parte do patrimônio nacional da qual não abriremos mão: é dever do futuro governo assegurar a soberania, aplicando um novo modelo de desenvolvimento que não destrua a natureza, que respeite os povos da floresta.

A defesa da Amazônia brasileira deve estar integrada em ações comuns aos países pertencentes ao Pacto da Amazônia.

É Imprescindível para a defesa da floresta, criar reservas extrativas, rever a colonização, desenvolver políticas mineral, energética e madeireira que respeitem as nações indígenas e sua cultura.

X. A POLÍTICA ENERGÉTICA

A candidatura Lula defende a implantação de política energética alternativa que reduza as diferenças de oferta nas diferentes partes do país, atenda as necessidades de desenvolvimento, crie novas fontes e ao mesmo tempo não traga danos ao meio-ambiente. As hidroelétricas de pequeno e médio porte devem ser privilegiadas, em vista dos altos custos econômicos e sociais das grandes hidroelétricas, principalmente na Amazônia.

Somos contra o uso da energia nuclear para fins militares, e nos posicionamos pelo controle civil de toda pesquisa e projeto na área nuclear. Defendemos, ainda, o cancelamento do acordo com a Alemanha e a transformação de Angra I e II, por exemplo, para a utilização de gás natural.

O novo governo reconhece a necessidade da geração de energia, mas vai refazer o Plano 2010 da Eletrobrás, em discussão aberta com índios, extrativistas e cientistas, levando em conta os custos econômicos, sociais e ecológicos. Além disso, buscará o aproveitamento de fontes alternativas e executará um programa rigoroso de conservação de energia.

XI. POR UMA POLÍTICA EXTERNA SOBERANA

O mundo vive sob perigosas tensões que ameaçam a convivência entre os povos, a paz.

O desenvolvimento econômico diferenciado entre os países faz com que as nações poderosas dominem econômica e politicamente as menos desenvolvidas. Esta política de ingerência de uns países sobre outros é a base para um armamentismo e para a guerra.

O governo a Frente pretende ter uma política externa que defenda a independência e a soberania do Brasil e de todos os povos do mundo.

Lutará pela criação de mecanismos que acabem com a subordinação e dependência dos países mais pobres aos ricos, pela criação de uma NOVA ORDEM ECONOMICA MUNDIAL. Lutará pela criação do parlamento LATINO AMERICANO baseado na cooperação e igualdade de direitos e apoiará a criação de Zonas de paz na América Latina.

A Frente defende a solidariedade à todos os países que defendam os direitos dos trabalhadores, pela democracia e pelo Socialismo. Apóia todas as iniciativas de paz, contra a intervenção estrangeira no Caribe, contra políticas racistas e pelo Estado da PALESTINA.

A Frente se compromete a defender a Amazônia e, ao mesmo tempo, exigirá que os países mais industrializados e suas empresas multinacionais em todo o mundo apliquem políticas de proteção ao meio-ambiente.

XII – REFORMA URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL

O governo da Frente Brasil Popular dará prioridade a melhoria da qualidade de vida urbana, hoje submetida à crescente degradação, expressa na escassez de moradias, nos aluguéis exorbitantes, na precariedade dos transportes, na expansão das favelas, esgotos sem tratamento e níveis intoleráveis de poluição.

Investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares e no saneamento básico, utilizando os recursos do FGTS e garantindo o usucapião urbano.

Vamos combater com rigor a especulação e a grilagem. Vamos favorecer o transporte urbano e suburbano de massas, perseguiremos, também, a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando cidades pequenas e médias, com investimentos e infra-estruturas à geração de empregos nestas localidades:

- 1) Controle democrático dos recursos do FGTS e do SFH;
- 2) Organização imediata de uma agência social de habitação com controle da população;
- 3) Modificações nas normas do IPTU, viabilizando uma tributação progressiva: os terrenos mais centrais e que receberam maiores benefícios públicos e portanto mais valorizados, receberão uma taxa de imposto superior aos terrenos de periferia e com pouco ou nenhum benefício (asfalto, luz, água, rede de coleta de esgoto etc.).

XIII. DEFESA DAS CONQUISTAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES

O governo da Frente defende como prioridade central a liberdade de organização dos trabalhadores, a autonomia de suas organizações, o direito irrestrito à greve, como condições essenciais para a sua atuação como cidadão e para a efetiva incorporação de seus interesses às políticas governamentais. Os trabalhadores deverão definir as prioridades econômicas e sociais, participar e fiscalizar a administração do Estado no cumprimento dos direitos sociais (INAMPS, FGTS etc.), da Constituição e das Leis Trabalhistas.

O Brasil nos pertence, vamos tomá-lo de volta para nós e nossos filhos. Nosso projeto é dirigido as ações do Estado contra a exploração e a miséria e a favor da escola, alimentação, terra, segurança, trabalho, garantia ao aposentado; pela igualdade dos sexos e das raças, pelo direito dos trabalhadores, pelo sentido da vida para a juventude e a Esperança de Pátria para todos os brasileiros. Essa é a nossa marca principal.

XIV. ECOLOGIA E MEIO-AMBIENTE

- Questão Agrária - A Frente vai desenvolver um modelo agrícola conforme as condições ambientais de nosso país (solo, clima, cultura, história, . . .), da cidade e do campo, priorizando as atividades cooperativas e associativas.

- A Questão Urbana - A política urbana vem junto com a Reforma Agrária e significa um controle do crescimento das cidades para garantir a qualidade de vida dos trabalhadores, sempre como realização coletiva. A Política urbana ecológica visa solução da educação, saúde, alimentação, saneamento, tratamento dos esgotos e dos lixos, redução da poluição, abastecimento e habitação adaptados a nossa realidade. O início se dará pela democratização dos espaços vazios, dando-lhes uso social, o aumento de áreas verdes, das possibilidades de lazer e o incentivo à organização do Poder Popular.

- Amazônia, Pantanal e Serrado - Propomos revisar os projetos mineiros, madeireiros, agropecuários e turísticos que devastam a floresta, poluem os rios e praticam a violência contra índios e trabalhadores rurais. A solução é: a reserva extrativa, a demarcação dos territórios indígenas e a Reforma Agrária. O Pantanal está ameaçado pela caça e pesca predatórias, pelo uso de agrotóxicos e a mineração. A solução é o fim de todo projeto (turístico, industrial, rodoviário) que destrua a reserva biológica. No cerrado, a agropecuária, a monocultura mecanizada,

perturbam o equilíbrio ecológico e só será resolvido com a . suspensão desses projetos, com a criação de reservas ecológicas, a proibição de' queimadas e o incentivo à policultura.

- Litoral, Mata Atlântica e Zona Costeira - Nesta região moram mais da metade da população e se concentra a maior parte da produção industrial e também os mais graves problemas ambientais. E necessário um rígido programa de controle ambiental, criação de reservas e parques, fiscalização, reorganização e controle da pesca, sobretudo, industrial.

- Mineração e Garimpagem - Propomos a elaboração do Plano Nacional de Recursos Naturais que estabeleça as possibilidades e limites dessa atividade e a revisão dos grandes projetos; proibição de mineração nas áreas indígenas, criação criteriosa de reservas garimpeiras e, sobretudo, não permitir danos ao meio-ambiente.

- Agrotóxicos - Propomos constituir uma comissão técnica para examinar os processos de importação, produção, comercialização e uso dos agrotóxicos, responsabilizando os infratores pelos danos causados à saúde dos trabalhadores e ao meio-ambiente.